

Sumário

PREFÁCIO – ANTONIO JOSÉ FERREIRA ABIKAIR	11	
APRESENTAÇÃO – EUGÊNIO PACELLI DE OLIVEIRA	13	
PARTE I		
PROCESSO PENAL: ENTRE O GARANTISMO E A EFETIVIDADE DA SANÇÃO		23
1. INTRODUÇÃO.....	23	
2. SISTEMAS DO PROCESSO PENAL.....	30	
3. PRINCÍPIO <i>NEMO TENETUR SE DETEGERE</i>	37	
3.1 Noções introdutórias	37	
3.2 Princípio <i>nemo tenetur se detegere</i> e interrogatório do acusado	38	
3.3 Princípio <i>nemo tenetur se detegere</i> x obrigatoriedade de teste de bafômetro, de DNA e outras formas de coação.....	40	
4. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE PROVAS ILÍCITAS.....	48	
4.1 Noções introdutórias	48	
4.2 Questões controvertidas	50	
4.2.1 Utilização de prova ilícita em face da gravidade do crime	50	
4.3 Existência de prova ilícita e conseqüências para o processo	53	
4.4 “Teoria dos frutos da árvore envenenada”	54	
4.5 Encontro fortuito de provas.....	58	
4.6 Ilicitude da prova e interceptação e gravação ambiental em local público.....	59	
4.7 Ilicitude da prova e gravação ambiental clandestina	61	
4.8 Ilicitude da prova e interceptação e gravação telefônica.....	63	
5. PRINCÍPIO DO ESTADO DE INOCÊNCIA (PRESUNÇÃO DE NÃO CULPABILIDADE)	65	
5.1 Noções introdutórias	65	
5.2 Estado de inocência x prisões provisórias: a questão da ordem pública como fundamento da prisão preventiva	68	
5.3 O poder geral de cautela no processo penal x o estado de inocência	74	
5.3.1 O poder geral de cautela e as medidas cautelares pessoais	79	
5.3.2 A questão do afastamento cautelar do agente do cargo.....	81	
5.4 Momento de duração do princípio do estado de inocência.....	83	
5.5 Estado de inocência e antecedentes criminais	85	
5.6 Estado de inocência e venda de bens do réu durante o processo penal	88	

5.7	Estado de inocência e prisão para investigações/interrogatório de réu ou suspeito.....	91
6.	PRINCÍPIO <i>IN DUBIO PRO REO</i>	94
6.1	Noções introdutórias	94
6.2	Questões controvertidas	98
6.2.1	Princípio <i>in dubio pro reo</i> e sua aplicação nas fases da pronúncia e do recebimento da denúncia	98
6.2.2	A questão da inversão do ônus da prova.....	100
6.2.3	<i>In dubio pro reo</i> e absolvição sumária no rito comum	101
7.	PRINCÍPIO DA VERDADE REAL (MÁXIMA PROBABILIDADE OU AUSÊNCIA DE DÚVIDA RAZOÁVEL)	102
8.	PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO E IMPARCIALIDADE DO JUIZ.....	106
8.1	Noções introdutórias	107
8.2	Motivação <i>per relationem</i>	109
8.3	A questão da possibilidade de condenação com base em indícios	112
8.4	A questão da necessidade de fundamentação da decisão de recebimento da denúncia e a problemática das denúncias genéricas.....	115
8.5	Arquivamento implícito e fundamentação das decisões judiciais	120
8.6	A questão da suspeição provocada pela parte.....	125
8.7	A questão do impedimento e decisão em instância diversa	126
8.8	A questão da suspeição e o julgamento do réu em outros processos	127
9.	PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	129
9.1	Noções introdutórias	129
9.2	Elementos do contraditório	133
9.2.1	Direito à informação.....	133
9.2.2	Direito à participação (de manifestação)	134
9.3	Questões controvertidas sobre o princípio do contraditório	134
9.3.1	A impossibilidade do prosseguimento do processo quando o réu é citado por edital (art. 366 do CPP).....	134
9.3.1.1	Restrições à aplicação do art. 366 do CPP	136
	A) Réu que se oculta para não ser citado.....	136
	B) Lei de Lavagem de Capitais (Lei 9.613/98).....	137
	C) Justiça militar.....	140
9.3.1.2	Produção antecipada de provas x contraditório.....	142
9.3.1.3	Do período da suspensão da prescrição	146
9.3.1.4	Caráter excepcional da citação por edital	148
9.3.2	Apresentação de preliminares nas alegações finais da defesa e abertura de nova vista ao MP	149
9.3.3	Atuação do MP em segundo grau	150
9.3.4	Inovação na tréplica	154
9.3.5	Princípio do contraditório e prova emprestada.....	155
9.3.5.1	Fundamentos para a admissibilidade da prova emprestada ...	157

9.3.5.2	Requisitos da prova emprestada	158
9.3.5.3	É possível admitir que uma interceptação telefônica efetuada para o processo penal possa ser emprestada para um processo civil?.....	162
9.3.6	Contraditório prévio para o recebimento da denúncia	163
9.3.7	Testemunhas assassinadas ouvidas no IP: a utilização como prova para permitir eventual condenação.....	170
9.4	As medidas cautelares e o contraditório postergado.....	171
9.5	O princípio do contraditório no inquérito policial e nas investigações extrapoliciais.....	172
10.	PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA.....	178
10.1	Introdução	178
10.2	Divisão	180
10.2.1	Defesa técnica	180
10.2.1.1	Pausa excursiva: tipos de defensores no processo penal	182
A)	Defensor constituído.....	182
B)	Defensor dativo	183
C)	Defensor <i>ad hoc</i>	184
10.2.2	Autodefesa.....	186
10.2.3	Conseqüências do princípio da ampla defesa	188
10.2.4	Questões polêmicas.....	190
10.2.4.1	Falta das alegações finais da defesa.....	190
10.2.4.2	Falta das razões recursais do recurso da defesa	196
10.2.4.3	Do interrogatório por videoconferência	198
10.2.4.4	Nomeação de defensor <i>ad hoc</i> e efetividade de defesa.....	204
10.2.4.5	Intimação do advogado para audiência no juízo deprecado... ..	207
10.2.4.6	Da garantia de presença do réu na audiência para oitiva de testemunhas.....	207
10.2.4.7	Da <i>emendatio</i> e da <i>mutatio libelli</i>	212
10.2.4.8	Necessidade de intimação dos advogados dos co-réus para o interrogatório de cada réu.....	219
11.	PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL.....	221
11.1	Introdução	221
11.2	O tríplice conteúdo do princípio do juiz natural	224
11.2.1	Plano da fonte	226
11.2.1.1	Alteração de competência determinada por resolução de tribunal	227
11.2.2	Referência temporal	230
11.2.3	Ordem taxativa de competência.....	231
11.3	O princípio do juiz natural e o Estado Democrático de Direito	232
11.4	Questões controvertidas sobre o princípio do juiz natural.....	237
11.4.1	A questão do juiz convocado e o juiz natural	237
11.4.2	A questão da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	238



12. PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL	240
12.1 Introdução	240
12.2 Fundamentos para a consagração do princípio do promotor natural	243
12.3 Questões controvertidas	246
12.3.1 A questão do promotor de justiça designado para atuar em nome do Procurador-Geral de Justiça nas situações de arquivamento das investigações.....	247
12.3.2 A regra do art. 104 do CPP	248
12.3.3 O princípio do promotor natural e os grupos especializados	248
13. PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO.....	253
13.1 Introdução	253
13.2 Obstáculos para a aplicação do princípio da duração razoável do processo	257
13.2.1 A ausência de regra expressa disciplinando o prazo máximo de duração dos processos criminais.....	257
13.2.2 A duração razoável do processo e o problema da ausência de previsão legal de critérios orientadores para se considerar ou não a dilação indevida.....	261
13.2.3 Ausência de previsão legal: conseqüências para o descumprimento do princípio da duração razoável do processo	263
13.2.4 Algumas regras do processo penal que provocam uma dilação indevida do processo.....	265
13.2.4.1 Antigas regras do CPP modificadas pelas Leis 11.689/2008 e 11.719/2008 que provocavam a dilação indevida do processo e sua nova sistemática	267
13.3 Pausa excursiva: a suspensão condicional do processo e o novo procedimento comum ordinário e sumário	273
13.4 Duração razoável do processo e prisão provisória.....	274
14. PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....	279
14.1 Introdução	279
14.2 Regras do processo penal para igualar desigualdades.....	282
14.2.1 Exigência de intimação pessoal do Ministério Público e da defensoria pública e prazo em dobro para a última para a prática de atos processuais.....	283
14.2.2 Existência de ações impugnativas exclusivas da defesa ou que visem beneficiar apenas o acusado ou condenado	286
14.2.3 Existência de recursos exclusivos da defesa ou que visem beneficiar apenas o acusado.....	288
14.2.4 O princípio da igualdade e o rito sumaríssimo do JECRIM para algumas infrações previstas no Estatuto do Idoso	291
14.3 Questões controvertidas sobre o princípio da igualdade: algumas regras e entendimentos violadores do princípio da isonomia	293
14.3.1 Previsão do “recurso de ofício”	293
14.3.2 O princípio da igualdade e o conceito de infração penal de menor potencial ofensivo para fins de transação penal	296

14.3.3	A suspensão condicional do processo e sua possibilidade para os crimes com previsão alternativa de pena de prisão ou multa.....	299
14.3.4	O pagamento do tributo como causa extintiva da punibilidade nos crimes tributários	300
14.3.5	A disparidade de tratamento entre os crimes de receptação dolosa e culposa – furto e roubo (pena) – e homicídio culposo do CTB.....	304
14.3.6	Revisão criminal e jurisprudência mais benéfica	306
15.	PRINCÍPIO DA APLICAÇÃO IMEDIATA	308
15.1	Introdução: uma visão da doutrina tradicional sobre o tema	308
15.2	Revisitando os princípios aplicáveis ao conflito de leis processuais no tempo	310
15.2.1	Do <i>tempus delicti</i> como marco para a aplicação da lei processual penal mais benéfica.....	313
15.2.1.1	Ressalva relativa ao direito probatório.....	316
16.	PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.....	317
16.1	Noções introdutórias	317
16.2	Divisão	320
16.2.1	Publicidade ampla.....	321
16.2.2	Publicidade restrita	323
16.3	Situações casuísticas sobre a restrição da publicidade.....	325
16.3.1	Publicidade e sala secreta do júri	326
16.3.2	Publicidade e intercepções telefônicas	328
16.3.3	Delação premiada (colaboração processual) e publicidade.....	332
16.3.4	Publicidade e ocultação de dados de testemunhas e ofendidos	337
16.3.4.1	Dos “testemunhos anônimos”: a ocultação da identidade das testemunhas e ofendidos x o direito do advogado.....	342
17.	PRINCÍPIO DO <i>NE BIS IN IDEM</i> PROCESSUAL	346
18.	PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	356
19.	PRINCÍPIO DA ORALIDADE	360
A	TÍTULO DE CONCLUSÃO	364

PARTE II

	PROJETO TEORIA E PRÁTICA.....	365
	BIBLIOGRAFIA	389